

Valor
Setorial

Julho 2018
www.valor.com.br

AGRONEGÓCIO



O PODER DO CAMPO

Influência decisiva na economia e na política do país

CONSOLIDAÇÃO DE OLHO NA CHINA

Empresas reforçam atuação estimuladas pelo aumento da demanda de celulose pelo país asiático Por Roberto Rockmann

Consolidação tem sido uma palavra recorrente no setor de papel e celulose, em que o Brasil se posiciona de forma diferenciada. A movimentação no xadrez tem sido tanto de empresas estrangeiras reforçando sua posição aqui, líder mundial de celulose de fibra curta, a mais competitiva e produtiva do planeta, quanto de companhias brasileiras crescendo para competir globalmente.

Investimentos em tecnologia florestal nas últimas décadas implicaram redução na idade de corte do eucalipto no Brasil, hoje de seis anos, na média. Na Austrália, por exemplo, o tempo médio de corte é de 12 anos, enquanto na Escandinávia é superior a duas décadas. Grande parte da oferta brasileira é comprada pelos chineses. O futuro do setor está naquele país.

No ano passado, a Paper Excellence, que pertence aos mesmos donos da indonésia Asia Pulp, acertou a aquisição da Eldorado Brasil, que produz cerca de 1,7 milhão de toneladas de celulose de eucalipto por ano. O contrato assinado em setembro prevê a transferência de até 100% das ações da companhia por R\$ 15 bilhões, em operação que será finalizada no período de 12 meses.

A empresa, cujos ativos estão concentrados na França e no Canadá, ingressa no Brasil e quase dobra sua produção, que antes da aquisição era estimada em 2,3 milhões de toneladas. De acordo com o grupo Paper Excellence, a aquisição é importante porque inclui em seu portfólio ativos de produção de celulose de eucalipto, planta de fibras curtas, que, além de mais competitivas, oferecem mais qualidade para a indústria de papel por combinarem alta maciez e absorção.

Em março deste ano, foi a vez da Suzano e Fibria, as duas maiores produtoras de celulose do mundo, anunciarem a fusão de suas operações e criarem um gigante mundial no setor de commodities, com valor de mercado próximo a R\$ 100 bilhões. Juntas, elas têm capacidade de 11,8 milhões de toneladas por ano – 8,15 milhões de toneladas da Fibria e 3,64 milhões de toneladas de

celulose que é vendida a terceiros pela Suzano.

No mercado global de celulose de eucalipto, que é o tipo de matéria-prima produzida pelas duas empresas, a participação da companhia resultante chega a 49%, de um total de 24 milhões de toneladas por ano, segundo dados do inglês Pulp and Paper Products Council (PPPC). Nas contas do Itaú BBA, as sinergias anuais podem chegar a R\$ 950 milhões, somando R\$ 9,5 bilhões em dez anos. A fusão foi notificada para o Conselho Adminis-

Tuca,
advogado:
emissão
de papéis
verdes



DIVULGAÇÃO

PRODUTOS FLORESTAIS

trativo de Defesa Econômica (Cade) no início de julho. A expectativa é de que o resultado seja anunciado ainda neste ano. “O maior risco da transação é a aprovação pelos órgãos antitruste no Brasil e no exterior”, observa o analista Marcos Assunção, do Itaú BBA.

A perspectiva do preço da celulose se mantém positiva. Em reunião no fim de junho com analistas de mercado, executivos da Klabin apontaram que os preços da celulose poderiam aumentar novamente em julho ou agosto. O que tem impedido esse reajuste é que a greve dos caminhoneiros atrasou carregamentos de empresas brasileiras, o que fez a Fibria e Suzano, que liderariam esse movimento, focarem na entrega dos pedidos. Com a paralisação, de 250 mil a 300 mil toneladas de celulose de fibra curta deixaram de ser produzidas e não chegaram ao mercado em maio e início de junho. Esse volume equivale entre 20% e 30% da demanda adicional anual por fibra curta. Segundo análise do Itaú BBA, o balanço entre oferta e demanda no mundo continuará apertado em 2019 em razão do crescimento da demanda da celulose e por não haver novos grandes projetos de celulose sendo implantados. O banco trabalha com projeções de um preço líquido da celulose em US\$ 720 a tonelada para este ano e US\$ 735 para 2019.

A demanda continua firme. Segundo dados da Indústria Brasileira de Árvores, as exportações do setor no primeiro trimestre do ano somaram US\$ 2,7 bilhões, uma alta de 39,1%, com evolução em celulose, painéis de madeira e papel. Com esse desempenho, o setor respondeu por 12,5% dos valores exportados pelas empresas brasileiras do agronegócio e 5% das exportações totais. A China é a principal compradora da celulose brasileira. No ano passado, o país asiático comprou US\$ 2,6 bilhões de celulose, quase 20% de aumento na comparação anual.

A urbanização da China levou 800 milhões de pessoas para as cidades, com efeito no consumo de papéis do tipo tissues, como papel higiênico, toalhas de cozinha, lenços de papel, papel facial, guardanapos. Em 2013, o consumo per capita de papel higiênico na China era de cinco quilos; dois anos antes, esse indicador não chegava a 3,5 quilos. Mas o potencial de crescimento ainda é grande: na América do Norte são 24 quilos. Estimativas da Pöyry, consultoria especializada na indústria, indicam que até 2030 outros 220 milhões de chineses devem se mudar para as cidades, ultrapassando mais de 1 bilhão de habitantes em centros urbanos.

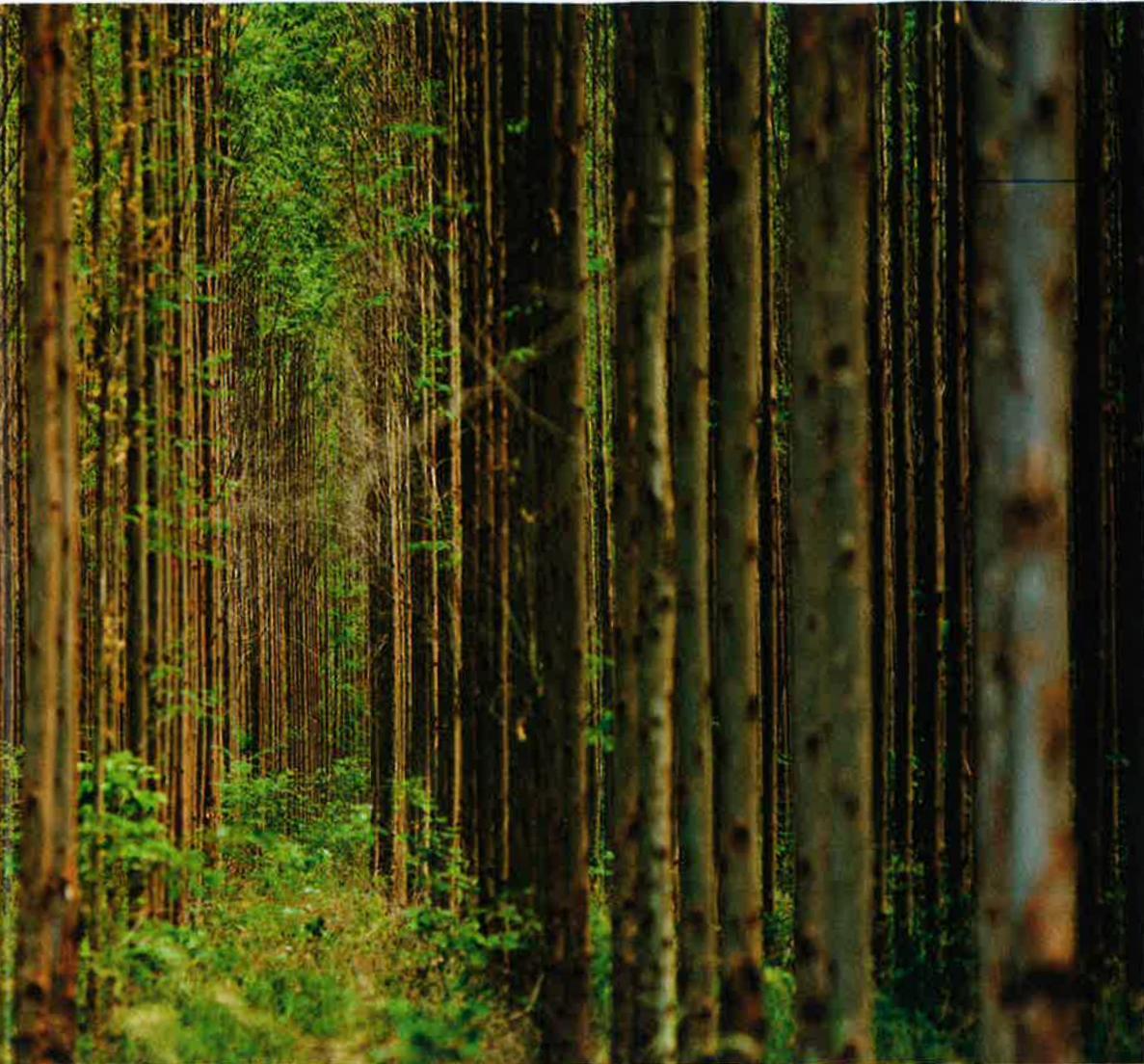
A China deve responder por 63% do aumento da demanda de celulose nos próximos anos. Em 2013, o país representava 30% das exportações de celulose brasileira. Hoje, as fábricas são construídas de olho nesse consumidor, e o país asiático representa 40% das exportações de celulose. De janeiro até maio deste ano, as vendas de celulose para a China cresceram 36,6% em valor. Foram exportados US\$ 1,4 bilhão em celulose nos primeiros cinco meses.

Vantagem brasileira: idade de corte é de seis anos



O setor ainda poderá contar com um trunfo financeiro para sua expansão: a emissão de títulos verdes, em inglês os green bonds, papéis que as empresas podem usar para captar recursos para implantar ou refinar projetos com impactos ambientais ou climáticos positivos. Em 2017, foram lançados mais de US\$ 150 bilhões em títulos verdes no mundo, mais que o triplo do valor registrado em 2015, de US\$ 42 bilhões.

Empresas brasileiras já estão atentas a esse movimento. Em julho de 2016, a Suzano emitiu US\$ 500 milhões em títulos verdes, na primeira emissão do gênero na América Latina, e, em novembro, captou R\$ 1 bilhão por meio da primeira emissão de títulos verdes do mercado nacional, envolvendo Certificados de Recebíveis do Agronegócio (CRA). No ano passado, a Klabin levantou recursos no mercado internacional com sua primeira emissão de títulos verdes, de cerca



de R\$ 1,6 bilhão, com vencimento em dez anos.

“O setor pode reforçar essa posição nos próximos anos com mais emissões, porque existe uma demanda firme por esse tipo de papel, principalmente de investidores europeus. Há alguns fundos que só investem em papéis desse tipo, e o Brasil tem uma posição de destaque na área florestal”, afirma Bruno Tuca, sócio de mercado de capitais do Mattos Filho Advogados. A Associação Brasileira de Desenvolvimento (ABDE), o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e a Comissão de Valores Mobiliários (CVM) lançaram, no ano passado, o Laboratório de Inovação Financeira (LAB), cuja intenção é propor o aperfeiçoamento de ferramentas financeiras associadas ao mercado dos títulos verdes.

Além da emissão de títulos verdes, outros modelos de negócios poderão ser explorados. Em 2006, foi san-

cionada a Lei 11.284, que trata da gestão de florestas públicas, que criou a possibilidade de concessão de áreas de florestas públicas. O governo pode conceder a empresas e comunidades o direito de manejar florestas públicas para extrair madeira, produtos não madeireiros e oferecer serviços de turismo.

Em contrapartida ao direito do uso sustentável, os concessionários pagam ao governo quantias que variam em função da proposta de preço apresentada durante o processo de licitação destas áreas. “O Brasil ainda tem um mercado informal muito grande, que terá de ser formalizado gradualmente, e há uma pressão crescente para coibir o desmatamento. Isso cria oportunidades para que as concessões florestais possam ser ainda mais utilizadas como modelo de negócio”, afirma Luiz Gustavo Bezerra, sócio de direito ambiental do Mattos Filho Advogados.